

Líderes tentam superar impasse para garantir votações hoje

As lideranças partidárias devem se reunir hoje de manhã com o líder do governo, Aloizio Mercadante, visando remover os obstáculos que surgiram em torno do projeto que regulamenta a Lei de Informática

CCJ aprova exame de projeto terminativo com pauta trancada

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem proposta que permite a votação de projetos terminativos nas comissões mesmo quando a pauta do Plenário estiver trancada por medidas provisórias. O projeto do senador Eduardo Azeredo gerou amplo debate na comissão.

Página 5

Rosevelt Pinheiro



PAUTA Mercadante (E) discursa em Plenário, observado por Hélio Costa, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia

A proposta que trata dos incentivos à informática deveria ter sido votada ontem, mas, com a sessão do Plenário em andamento, o senador Rodolpho Tourinho advertiu que indústrias em instalação na Bahia poderiam ser prejudicadas pela nova redação do projeto. Com o alerta, Aloizio Mercadante pediu que o presidente do Senado, José Sarney, transferisse a pauta de votações para hoje. Arthur Virgílio defendeu os subsídios ao pólo industrial de Manaus.

Página 3

Antero quer dar "destino adequado" a documentos

Documentos recolhidos pela CPI do Banestado contêm informações essenciais para investigação de envolvidos em sonegação fiscal, crime organizado e corrupção em geral. O ponto de vista é do senador Antero Paes de Barros, que pretende dar um "destino adequado" a esses papéis.

Célio Azeredo



A criação de 238 cargos e funções comissionados no Supremo Tribunal Federal, relatada pelo senador Demostenes Torres (E) foi aprovada ontem pela Comissão de Justiça. Foram acolhidas também propostas de novos cargos no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal Regional do Trabalho em Santa Catarina.

Comissão pretende fim de sigilo para membros de CPI

Membros de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) deverão abrir mão de seu sigilo bancário, telefônico e fiscal, conforme projeto de resolução aprovado ontem pela Comissão de Justiça do Senado. A proposta também disciplina o funcionamento das CPIs.

Página 6

Cristovam critica veto ao "choque social"

Página 4



CELEBRAÇÃO Arns diz que é importante festejar organização da sociedade em torno de um objetivo

Flávio Arns lembra Semana Nacional do Excepcional

A Semana Nacional do Excepcional, comemorada de 21 a 28 de agosto, foi lembrada pelo senador Flávio Arns (PT-PR). Realizada há 40 anos, a semana busca chamar a atenção da sociedade para as necessidades que ainda afligem os portadores de deficiência no Brasil. Ele registrou também que as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) vão comemorar 50 anos de existência em 11 de dezembro.

– Esses 50 anos significam atendimento com qualidade para muitas pessoas. A Apaes é o maior movimento do mundo, pois está implantada em 2 mil municípios brasileiros. O segundo país em número de associações são os Estados Unidos, onde existem 800 a 900 entidades.

Flávio Arns disse que o mais importante é festejar a organização da sociedade em torno de um objetivo comum. Ele enviou um abraço a todos os pais e amigos das pessoas com alguma deficiência. Na presidência da sessão, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) associou-se à homenagem.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Senadores buscam destrancar a pauta

Os senadores tentam na sessão de hoje, marcada para as 10h, votar as propostas que trancam a pauta da Casa desde o início da semana. O texto mais polêmico em discussão é a regulamentação da Lei de Informática, que prorroga até 2019 a redução da cobrança

do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de empresas de informática e automação (PLC 32/04). Caso a pauta seja desobstruída, os senadores podem votar ainda os destaques apresentados à reforma do Judiciário (PEC 29/00).



Projeto permite voto de eleitor no exterior

Projeto a ser discutido hoje pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), em reunião marcada para as 10h, garante aos eleitores que se encontram no exterior o direito ao voto para governador, vice-governador e senador. O colegiado vota ainda seis requerimentos, entre eles o que pede informações ao Ministério da Defesa sobre a compra de aeronaves para a Força Aérea Brasileira (FAB).

Status do presidente do BC em debate

Está marcada para hoje, às 14h30, uma nova reunião de instalação da comissão mista para analisar a medida provisória que dá ao presidente do Banco Central o *status* de ministro de Estado (MP 207/04). Nos encontros realizados esta semana, não houve quórum suficiente para a implantação do colegiado.

Para ler as bulas de remédios

Entre os itens em análise pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne hoje às 11h, estão o projeto exigindo que as bulas de remédios sejam impressas em letras de dimensões legíveis (PLS 24/04) e a proposta que anula os acordos e convenções que permitam descontos dos salários de importância relativa a cheques recebidos sem fundos (PLS 190/02).



Ano da Mulher apresenta filmes hoje e amanhã

A Comissão Especial do Ano da Mulher apresenta hoje, às 14h30, o filme *Terra para Rose*. Amanhã, no mesmo horário, será veiculada a seqüência *Sonho de Rose, 10 Anos Depois*, seguido de um debate com a diretora das películas, Tetê Moraes. Os eventos, no auditório do Interlegis, marcam o Dia Internacional da Igualdade Feminina e fazem parte das atividades comemorativas do Ano da Mulher.

Especial Cidadania na Internet

A cartilha do *Especial Cidadania*, coletânea de textos publicados no *Jornal do Senado*, pode ser acessada pela Internet, no site www.senado.gov.br. O internauta faz o *download* do texto integral da publicação, que apresenta formas para fiscalização dos gastos públicos, entre outras informações.

Política audiovisual

A política do governo para o setor audiovisual é o tema do programa *Cidadania* de hoje, que a TV Senado exibe às 19h30. O secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, Orlando Senna, e o diretor da Associação de Profissionais de Cinema, Manfredo Caldas, participam da discussão.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



DIREITOS Serys Slhessarenko preside a Comissão Especial do Ano da Mulher - 2004

Documentários marcam Dia da Igualdade Feminina

Como parte das comemorações do Dia Internacional da Igualdade Feminina, a Comissão Especial do Ano da Mulher - 2004 deverá promover hoje, a partir das 14h30, no auditório do Interlegis, a exibição de dois documentários. Dirigidos por Tetê Moraes, eles abordam um dos movimentos sociais pela reforma agrária no país, ocorrido nos anos 80 no Rio Grande do Sul, a partir da história de uma agricultora que participou da ocupação da fazenda Annoni, juntamente com 1,5 mil famílias. Hoje, será apresentado *Terra para Rose*. Amanhã, está programada a apresentação de *Sonho de Rose, 10 Anos Depois*, seguida de debate com a diretora.

O Dia Internacional da Igualdade Feminina, comemorado em 26 de agosto, marca o advento da mulher cívica. A data registra momentos importantes para as mulheres, como a inserção feminina em condições de igualdade, de direitos e deveres, na vida política e civil, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, na França. E a conquista, em 1920, do direito a voto pelas mulheres dos Estados Unidos. A Comissão Especial é presidida pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e foi instituída em razão da Lei 10.475/03 que definiu 2004 como o Ano da Mulher.

Programação

No calendário da comissão, consta o lançamento de diversas publicações e a realização de duas sessões solenes: no Congresso Nacional, em 25 de novembro, para marcar o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, e no Plenário do Senado, em dezembro, para homenagem às mulheres representantes das etnias que formam o povo brasileiro.

ACM alerta para falência iminente dos estados

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) alertou para o risco de a concentração do bolo tributário nacional na União levar os estados à falência em pouco tempo.

– Os estados que agem corretamente, que cumprem suas obrigações e que seguem seriamente a Lei de Responsabilidade Fiscal perdem substância a cada dia, e logo estarão inviabilizados – disse.

O senador reconheceu que o problema é antigo, mas piorou bastante no atual governo.

Antonio Carlos citou como exemplo o Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental, o Fundef, que é cada vez mais rigoroso com o Nordeste. Outro exemplo lembrado pelo senador é o do Ministério da Saúde, que privilegiaria os estados e municípios governados pelo PT.

Antonio Carlos informou ainda que houve consenso na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pela aprovação de uma proposta de sua autoria que muda a tramitação das medidas provisórias.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

DIFICULDADES Antonio Carlos Magalhães diz que situação piorou no atual governo

– Hoje, o Senado Federal é um simples homologador do que o governo edita e a Câmara dos Deputados aprova. Minha proposta é que se acabe com as comissões mistas para análise das MPs, que nunca funcionaram, e se dêem 30 dias para cada uma das Casas do Congresso analisar a proposta.

O senador baiano elogiou o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), por defender a proposta. Em aparte, Mercadante confirmou seu apoio, informando que, para 202 medidas provisórias, só uma comissão mista se instalou.

Em outro aparte, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) reforçou o alerta de Antonio Carlos sobre a concentração de recursos na União e lançou a previsão de que, se o quadro não mudar, a próxima crise fiscal, gravíssima, será dos estados.



ORÇAMENTO Segundo César Borges, governo está utilizando recursos com "interesses eleitorais"

César Borges aponta discriminação contra a Bahia

A Bahia está sofrendo discriminação por parte do governo federal na liberação de recursos previstos no Orçamento Geral da União, de acordo com denúncia feita ontem pelo senador César Borges (PFL-BA). Segundo ele, os recursos são até empenhados, mas não são liberados e o governo federal estaria também perseguindo

prefeitos que não fazem parte da sua base de apoio.

– A Bahia está sendo discriminada pelo governo federal, que não toca obras federais, não recupera estradas e não investe em saneamento básico em nosso estado e em Salvador. Até o dia 13 de agosto, Salvador, a terceira capital do país, recebeu pouco mais de R\$ 1 por habitante. Parlamentares da base do governo vão a Salvador e prometem liberar tudo, mas ou não têm prestígio ou o governo não quer liberar. É preciso dar um basta a essa utilização perversa do orçamento – afirmou.

César Borges disse que o governo federal está utilizando o orçamento para “interesses eleitorais”, de forma casuística e sem critérios. O senador defendeu a adoção do chamado orçamento impositivo, onde a vontade do Congresso Nacional seria obrigatoriamente respeitada pelo governo.

– A dignidade do povo baiano e de Salvador está acima de qualquer interesse eleitoral. Esses recursos pertencem ao povo da Bahia – concluiu.

Líderes tentam acordo sobre Lei de Informática

■ Projeto deveria ter sido votado ontem, mas Rodolpho Tourinho advertiu para prejuízos a estados

Líderes dos partidos políticos foram convidados para uma reunião com o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), às 9h de hoje, para tentar superar os impasses que surgiram em torno da redação do projeto que regulamenta a Lei de Informática.

O projeto deveria ter sido votado ontem, logo após a Medida Provisória (MP) 189/04 (que libera dinheiro para vítimas de enchentes), e chegou a ser feito um acordo de liderança para isso. No entanto, já com a sessão em andamento, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) advertiu seus colegas que as indústrias em instalação na Bahia para fabricação de monitores de computadores poderiam ser prejudicadas no futuro com a nova redação de um trecho da matéria.

Esse texto fora redigido da

noite de terça até ontem, depois que Mercadante, vice-líderes da base do governo e o governador do Amazonas, Eduardo Braga, fizeram um acerto inicial sobre o projeto. Mercadante rejeitou a pretensão das indústrias do Amazonas de conseguir anistia sem terem investido em pesquisas tecnológicas. Também foi negociado que o governo não daria às indústrias de Manaus incentivos exclusivos para produção de monitores de computadores, como já têm para aparelhos de televisão.

No entanto, o senador Rodolpho Tourinho entende que o novo texto poderia dar às indústrias do Amazonas privilégios que indústrias de monitores de outros estados não teriam. Uma parte do texto diz que aquelas instaladas fora de Manaus só poderão fabricar monitores para uso exclusivo de computadores. Para ele, se um fabricante quiser produzir em outro estado, com incentivo da Lei de Informática, um monitor que tenha outra utilização concomitante (como tela de televisão, por exemplo), ficaria impedido de receber incenti-

vos, pela redação proposta.

Com o alerta, o próprio senador Aloizio Mercadante pediu ao presidente do Senado, José Sarney, que transferisse a pauta de votações para hoje, dando prazo para uma negociação.

O líder do governo quer que os senadores votem hoje pelo menos a Medida Provisória 189/04, o Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 190/04 (que está desde ontem na Casa) e o projeto que trata da Lei de Informática. O PLV da MP 190 chegou ontem ao Senado e, por também estar com prazo de tramitação no limite, tem prioridade de votação, junto com a outra MP.

Se examinadas as medidas provisórias, o projeto que regulamenta a Lei de Informática deve ir a voto antes de uma lista de vários itens, pois chegou ao Congresso Nacional com urgência constitucional pedida pelo presidente da República. Como já está em votação, a urgência não pode ser retirada. “Se fosse possível, eu pediria o fim desta urgência”, afirmou Aloizio Mercadante da tribuna.



AGENDA Em Plenário, Aloizio Mercadante (E) destaca necessidade de superar impasse e garantir votações

Arthur Virgílio defende a Zona Franca

Após o fracasso do acordo para votação do projeto que modifica a Lei de Informática, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que o Brasil precisa decidir se continua subsidiando o pólo industrial de Manaus ou acaba com ele de uma vez. O parlamentar lembrou que a Zona Franca de Manaus é responsável pela manutenção de 70 mil empregos diretos e por 93% da economia do Amazonas: “O pólo de televisores é o cerne

da economia amazonense”.

Para Arthur Virgílio, a economia de seu estado será prejudicada se for mantido o texto atual do projeto. Um dos pontos de atrito com o governo é a reivindicação dos fabricantes de televisores instalados na Zona Franca, que pedem exclusividade na produção de monitores de computadores.

Os incentivos criados para a Zona Franca, de acordo com o senador, são específicos para

uma região estratégica para o Brasil e para o mundo.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), José Agripino (PFL-RN), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Hélio Costa (PMDB-MG), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Almeida Lima (PDT-SE) defenderam a Zona Franca e manifestaram a crença em um acordo que contemple os interesses de todos os estados.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



QUESTÃO Jefferson pergunta ao Plenário: desde quando contribuição previdenciária é tributo?

Jefferson: definição do STF sobre direito adquirido é "inquietante"

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) classificou como "preocupante e inquietante" a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de aniquilar a garantia constitucional do direito adquirido para evitar o que classificou de "arrombamento das contas públicas". O sena-

dor considerou espantosa a declaração de um dos ministros do STF, que afirmou não haver direito adquirido em matéria tributária.

– E desde quando contribuição previdenciária é tributo? Desde cedo aprendemos que existem três tipos de tributo: o

imposto, a taxa e a contribuição para alguma emergência ou para a solução de algum problema imediato. Além do mais, o direito adquirido não é o da contribuição previdenciária, mas do benefício – disse Jefferson Péres.

Na opinião do senador, a

integralidade dos benefícios recebidos por aposentados e pensionistas "é indiscutível, é direito adquirido, é ato jurídico perfeito".

Para ele, é espantoso que o STF relativize o direito do aposentado ao benefício integral em nome das contas públicas.

CCJ rejeita parecer sobre gastos com cartões

O pedido de informações sobre os gastos de servidores da Presidência da República com a utilização de cartões corporativos ficou prejudicado depois que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou ontem o parecer do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

O presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), designou como relator do novo parecer o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que apresentou voto em separado considerando inconstitucional o teor do requerimento de autoria do senador José Jorge (PFL-PE).

O exame da matéria gerou muita discussão e reclamações de José Jorge, que acabou deixando a reunião em protesto, por entender que o líder do governo havia quebrado acordo pelo qual ele iria retirar seu voto em separado. O relator acolheu emenda do próprio José Jorge delimitando as informações sobre os gastos da Presidência no período de 1º de janeiro de 2003 a 31 de maio de 2004.

Mercadante esclareceu que o cartão, cujo uso foi implementado no governo anterior, é utilizado atualmente por 39 servidores da Presidência da República encarregados da segurança e logística não só do presidente Lula, como também do vice-presidente José Alencar, despesas que são de caráter sigiloso e estão relacionadas à locação de veículos, tipo de blindagem utilizado e hospedagem. Ele ressaltou que a própria Controladoria Geral da União (CGU) recomendou a utilização dos cartões corporativos, porque eles permitem melhor fiscalização dos gastos, reduzindo a possibilidade de fraudes.

Cristovam: apoiar mínimo de R\$ 260 foi erro político

■ Senador cobra do governo compromisso de incluir na LDO medidas para beneficiar os pobres

"Vim pedir desculpas pelo grave erro político que cometi, ao acreditar que o governo ao qual pertenço cumpriria o acordo de realizar um choque social para beneficiar os pobres do Brasil se eu votasse a favor do salário mínimo de R\$ 260", disse ontem o senador Cristovam Buarque (PT-DF) da tribuna da Casa.

Cristovam cobrou do governo o cumprimento do acordo que incluía na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) medidas que visavam complementar o mínimo de R\$ 260 e proteger a população de baixa renda. – Os pontos vetados foram negociados durante semanas – afirmou.

O senador lembrou compromisso firmado pelo ministro



CONSEQUÊNCIAS Cristovam: "Lula fica como chefe de um governo que não dialoga com parlamentares"

da Fazenda, Antonio Palocci, que manifestou concordância com as propostas. Cristovam disse também que o conjunto de medidas foi negociado com a equipe técnica do ministério, em reunião que contou com a presença dos líderes governistas do Senado. Na ocasião, foram atendidas exigências da equipe econômica em relação às medidas. Entre os pontos vetados, ele mencionou o in-

cremento de obras de saneamento, abastecimento d'água e habitação popular, além da ampliação dos recursos disponíveis no programa de microcrédito. Consta, ainda, a expansão dos programas Bolsa-Família e Saúde da Família.

– Defendi os R\$ 260 e pedi o voto de meus colegas senadores, com base no argumento de que o governo tinha aceitado a proposta de realizar as ações que beneficiariam o povo pobre de meu país – ressaltou o senador. Para ele, o veto prejudicou o povo e mais ainda os líderes no Senado que falam em nome do governo. "Perdeu muito o presidente Lula, que fica como o chefe de um governo que não cumpre acordos, não dialoga com parlamentares e nem ao menos avisa os vetos que impõe", completou. Durante o discurso, foi apartado pelos senadores Mão Santa (PMDB-PI), Efraim Morais (PFL-PB), Magno Malta (PL-ES), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Fernando Bezerra (PTB-RN).

Ideli rebate: governo investiu R\$ 2 bilhões em saneamento

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) rebateu as críticas ao governo feitas pelo senador Cristovam Buarque (PT-DF), que se disse arrependido por ter apoiado o valor de R\$ 260 para o salário mínimo, justificando que o governo, na época, prometera adotar 12 medidas sociais para compensar a falta de poder de compra do mínimo.

Ideli lembrou que várias medidas que iriam compor o "choque social" cobrado por Cristovam foram vetadas pelo presidente da República por orientação do Ministério da Fazenda. Ressaltou, por outro lado, que as críticas de Cristo-

vam não levavam em consideração que a bancada do PT no Congresso conseguiu negociar, na aprovação do mínimo, a vinculação do próximo reajuste do valor do salário à variação do produto interno bruto (PIB) *per capita*, incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

– Além disso, o governo investiu R\$ 2,125 bilhões em saneamento, beneficiando principalmente a população mais pobre do país – enfatizou Ideli.

A senadora destacou ainda que, já na discussão da medida provisória do salário mínimo, programas como o Bolsa-Esco-



REFORÇO Ideli destaca que houve aumento para até R\$ 90 na renda dos beneficiados pelo Bolsa-Escola

la foram reforçados, o que aumentou para até R\$ 90 mensais a renda das famílias carentes beneficiadas. Dessa forma, acrescentou Ideli, o governo manteve parcialmente sua promessa de atuar com maior objetividade na área social.



DESVANTAGEM Eduardo critica carga tributária sobre produtos de exportação, como softwares

Eduardo pede prioridade para problemas internos

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) fez um apelo ao governo Luiz Inácio Lula da Silva no sentido de priorizar o enfrentamento de problemas internos que concorrem para dividir o país entre o atraso e o desenvolvimento econômico. O apelo foi feito em função da informação de que o governo petista teria liberado R\$ 3 bilhões para investimentos na América Latina.

Embora confessando "admirar muito" a política internacional do governo Lula, o senador tucano observou que ainda há "um Brasil inteiro a desenvolver" e condenou, por exemplo, a elevada carga tributária incidente sobre a produção de *softwares*, que estaria colocando o país em posição de desvantagem na competição com a China e a Índia.

A pressão tributária foi considerada pelo senador como fator de desestímulo à contratação formal de trabalhadores. Por outro lado, acrescentou, a ação de fiscais do Ministério do Trabalho no combate à contratação de mão-de-obra em regime escravo também não estaria livre de excessos.

– Alguns fazendeiros em meu estado foram multados por não oferecer copos descartáveis, mas de alumínio, aos seus funcionários – comentou.

Jane Araújo



CONTROLE Por iniciativa de Mão Santa (D), Heloísa Helena foi homenageada com um quadro contendo uma charge do cartunista Moisés dos Martírios

Heloísa compara projeto com as privatizações

O projeto sobre as parcerias público-privadas (PPPs) encaminhado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso foi comparado pela senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) com o processo de privatização executado no governo Fernando Henrique Cardoso. Ela disse que, como nas privatizações, as PPPs poderão provocar riscos de demanda, de competição, de inadimplência e regulatórios.

– Outra vez o governo Lula reedita toda a patifaria que foi viabilizada no processo de privatização promovido pelo governo FHC. Já tive a oportunidade de identificar algumas lideranças do governo mentindo mais uma vez para a opinião pública ao apresentar sucessos internacionais nas tais PPPs. Quem acompanha o exemplo da experiência internacional pode comprovar que a realidade é outra.

José Agripino defende um modelo que atenda à ética

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), rebateu ontem, em discurso, as acusações de que a oposição estaria querendo evitar a aprovação das parcerias público-privadas (PPPs) para tentar desestruturar o governo. Ele garantiu que os opositoristas não criarão obstáculos para a votação do projeto do Executivo, mas também não permitirão que seja aprovado um modelo que fira a ética ou que contrarie a Lei de Licitações ou a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo a senadora, nas Filipinas, em virtude da crise cambial asiática dos anos 90, a entidade de utilidade pública Napocor acumulou uma dívida de US\$ 9 bilhões decorrentes de contratos do tipo PPP. A dívida recaiu sobre o Estado, completou Heloísa. Ela acrescentou que a experiência com essas parcerias apresentou problemas em diversos outros países, inclusive Inglaterra.

Homenagem do cartunista

Heloísa Helena recebeu, na manhã de ontem, homenagem do cartunista piauiense Moisés dos Martírios, que esteve em seu gabinete para presentear-lhe com um quadro cujo conteúdo é uma charge da senadora vestida de soldado “em plena guerra contra o Palácio do Planalto”, conforme o artista. Compareceram ao seu gabinete Mão Santa (PMDB-PI), que teve a iniciativa da homenagem, e Papaléo Paes (PMDB-AP).

Roosevelt Pinheiro



PROJETO José Agripino rebate acusação de que opositoristas querem desestruturar o governo

– Se a PPP sair, ela terá que obedecer a um padrão ético aceitável. Não podemos jogar a proibidade do país na lata do lixo. Com o voto da oposição isso não acontecerá de forma alguma. O projeto das PPPs foi idealizado para viabilizar obras que não tenham tanta justificativa econômica ou garantia de lucro – disse o parlamentar.

Proposta de Renan dá mais garantia às PPPs

■ PEC impede a edição de medida provisória sobre contratos entre os setores público e privado

Com o objetivo de atribuir mais segurança jurídica aos contratos assinados entre a iniciativa privada e o governo, o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), apresentou ontem proposta de emenda à Constituição que veda a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas a contratos firmados entre os setores público e privado.

O senador argumenta que a aprovação da proposta facilitará bastante a negociação do projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs) e diminuirá o risco Brasil. Outra maneira de agilizar a tramitação do projeto das PPPs, sugeriu, é incluir uma determinação técnica rígida para adequar a proposta às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma necessidade que já se mostrou consensual no Sena-



Roosevelt Pinheiro

RIGOR Conforme iniciativa de Renan, mudanças só podem ser feitas com anuência do Congresso Nacional

do, disse ele.

Segundo o parlamentar, a PEC reduzirá incertezas, dando mais credibilidade aos contratos. Além disso, justificou, a estabilidade das leis e dos marcos regulatórios representa garantias para o cidadão, sendo condição indispensável para a retomada plena dos investimentos nacionais e internacionais.

Blindagem

A proposta, conforme o senador, servirá como uma “blindagem” às PPPs, garantindo que qualquer alteração de contratos somente poderá ser feita com a prévia anuência do Congresso,

“o que é positivo para investidores e contribuintes”.

– Quando pregamos a estabilidade das leis, ainda mais as relacionadas a contratos, estamos sinalizando aos agentes econômicos que o Parlamento exige o cumprimento das regras, dos contratos e dos pactos. Trata-se de uma garantia adicional, um mecanismo de redução de incertezas – sustentou.

Para Renan, é necessário fortalecer o papel do Senado no debate econômico, a exemplo dos Estados Unidos, onde a Comissão de Economia do Senado tem papel de destaque na formulação e implementação de medidas.

Em apartes, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), elogiou a iniciativa de Renan Calheiros. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), concordou que a aprovação da proposta dará agilidade à tramitação do projeto das PPPs. Os senadores Alberto Silva (PMDB-PI), Hélio Costa (PMDB-MG), Fernando Bezerra (PTB-RN) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) também enalteceram a proposta do líder do PMDB.

Comissão pode decidir com a pauta trancada

Para evitar que a votação dos projetos terminativos acabe sendo adiada nas comissões permanentes, quando a pauta do Plenário estiver trancada, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que permite a deliberação sobre matérias mesmo se vencido o prazo para apreciação de medidas provisórias (MPs).

O projeto (PRS 16/04) suspende o prazo de interposição de recurso para que as decisões terminativas nas comissões permanentes sejam submetidas ao Plenário, durante o período de apreciação de MPs. O relatório de Demostenes Torres (PFL-GO), favorável à proposta, suscitou discussão sobre a oportunidade ou não de se aprovar um projeto que não resolveria o freqüente trancamento da pauta do Senado.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), sugeriu que o projeto não seja remeti-



Geraldo Magliola

MUDANÇA Eduardo Azeredo quer suspensão de recurso depois de vencido prazo de medida provisória

do ao Plenário enquanto não se construir uma proposta de alteração no rito de exame das MPs.

Os senadores apoiaram proposta de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que estabelece 30 dias para cada Casa examinar MP. O presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), designou os senadores Mercadante, Azeredo, Demostenes Torres e Antonio Carlos para apresentarem uma proposta de emenda à Constituição (PEC) alterando a tramitação de MPs.

Falta quórum para exame da MP do BC

Pelo segundo dia consecutivo, a oposição procurou reunir a comissão mista encarregada de examinar a medida provisória (MP 207/04) que dá ao presidente do Banco Central *status* de ministro de Estado e lhe concede foro privilegiado. Embora o “relator provisório”, deputado José Roberto Arruda (PFL-DF), tenha lido seu parecer contrário à MP, a comissão não foi regimentalmente instalada por falta de quórum, conforme informou a Secretaria das Comissões Mistas.

Foram realizadas três reuniões. A primeira, por volta de 14h30, durou apenas 30 segundos, pois o deputado Delfim Netto (PP-SP) encerrou, alegando falta de quórum. A leitura do relatório só foi feita na terceira reunião, para a qual também não houve número regimental.



AGILIDADE Para Demostenes, medidas aperfeiçoam gestão de gabinetes dos ministros

CCJ acata criação de cargos em tribunais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a criação de 238 cargos e funções comissionados no Supremo Tribunal Federal (STF). O relator do projeto (PLC 56/04), senador Demostenes Torres (PFL-GO), disse que a medida favorecerá a agilização dos trabalhos que são desenvolvidos naquela corte.

A CCJ acatou outro parecer de Demostenes favorável à criação de cargos em comissão e funções comissionadas no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Poderão ser instituídos 40 cargos de provimento em comissão e 76 funções comissionadas. De acordo com justificativa do projeto (PLC 54/04), a contratação de pessoal é importante para aperfeiçoar a gestão dos gabinetes dos ministros do STJ.

Foi aprovada ainda pela Comissão de Justiça parecer do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) a projeto (PLC 39/04) autorizando a criação de 158 cargos de provimento efetivo no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), da 12ª Região, sediado em Florianópolis (SC). Segundo justificativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), trata-se de dotar o TRT de quantitativo suficiente para as atuais necessidades de recursos humanos.

A alteração de 12% para 30% do percentual de Gratificação de Atividade Judiciária foi aprovada também pela CCJ. O objetivo, segundo destacou o senador Demostenes Torres, relator do projeto (PLC 55/04), é retomar a equiparação salarial histórica entre os servidores do Judiciário da União e os do Ministério Público da União. O MPU, explicou ainda o senador, obteve gratificação similar de 30% sobre o vencimento básico na revisão de seu Plano de Cargos e Salários.

"CPI abriu caixa-preta do crime", afirma Antero

■ Senador deseja que Receita e Ministério Público tenham acesso aos dados recolhidos pelas CPIs

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) declarou ontem que pretende ver todos os dados recolhidos pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado encaminhados para um destino adequado, já que eles contêm informações fundamentais para a investigação de pessoas envolvidas com sonegação fiscal, crime organizado e corrupção em geral. O senador, que é presidente da CPI, afirmou que não aceita um "final melancólico" para a comissão após um ano de



Fotos: Roosevelt Pinheiro

DESTINO Antero defende o encaminhamento correto dos dados para punição dos culpados

funcionamento.

Antero adiantou ainda que o relatório final da CPI do Banestado poderá incluir propostas de regulamentação do poder das CPIs junto a órgãos públicos como o Banco Central, que acusou a comissão

de ingerência em assuntos internos da instituição. Para o senador, tanto a Receita Federal como o Ministério Público precisam ter acesso aos dados recolhidos pelas CPIs, para suas investigações e julgamentos de processos.

Além disso, o presidente da CPI do Banestado informou que apresentará proposição para aumentar o poder fiscalizador do Estado sobre as atividades do Banco Central.

– Os dados fiscais da maioria dos envolvidos em crimes continuam desconhecidos – disse o senador, ressaltando que jamais abusou das prerrogativas da CPI ao pedir a quebra de sigilos fiscais que foram negados à comissão. "O que fizemos foi abrir a caixa-preta do funcionamento do crime organizado no país", enfatizou.

Membros de comissões terão que abrir mão de seus sigilos

As reuniões das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) deverão passar a ocorrer às segundas, quintas e sextas-feiras, segundo o Projeto de Resolução 93/99, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e será encaminhado à Comissão Diretora.

– A idéia é que as CPIs funcionem quando não há sessões deliberativas e reuniões normais das comissões – explicou Bornhausen.

O projeto original estabelecia que as reuniões ocorreriam apenas às segundas e sextas. O

texto foi modificado durante a reunião, por iniciativa dos senadores Tião Viana (PT-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP), que sugeriram inicialmente a inclusão de dispositivo segundo o qual as CPIs poderiam reunir-se em outros dias da semana, a partir de requerimento aprovado pela maioria da comissão.

Como a sugestão não foi aceita por Bornhausen, surgiu a alternativa – apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – de inclusão no texto original das quintas-feiras, quando reúne-se apenas a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A proposta foi acatada



MODIFICAÇÃO Projeto de Bornhausen foi aceito e agora será encaminhado à Comissão Diretora

por consenso.

Também foi incluído no projeto emenda de Antonio Carlos Magalhães que determina a renúncia, por parte dos membros de cada CPI, à inviolabilidade de seus sigilos bancário, telefônico e fiscal. Na opinião do senador, a iniciativa dará "mais autoridade" às CPIs.

"Amordaçaram as CPIs", adverte Magno Malta



PAPÉIS Magno Malta pede que não se confunda quem investiga com quem está sendo investigado

O senador Magno Malta (PL-ES) considerou "uma mordada" o projeto de resolução que disciplina o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Exigir dos integrantes de uma CPI que eles quebrem seus sigilos, na opinião do senador, equivale a colocar todos sob suspeita.

– Ninguém aceitará abrir mão de seus sigilos sem que

haja qualquer indício de crime, para poder investigar aqueles que estão sob suspeição. Na prática, amordaçaram um instrumento tão importante da sociedade como a CPI – observou o senador.

Magno Malta declarou que votou contra o projeto na CCJ na esperança de que, na votação em Plenário, a proposta venha a ser substancialmente modificada, para "não confundir quem investiga com quem está sendo investigado".

Aprovada indicação de ministro do STM

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável à mensagem presidencial de indicação do general-de-Exército Antonio Apparicio Ignacio Domingues para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). A indicação, que teve o voto favorável do relator, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), será agora examinada pelo Plenário.

Durante a sua exposição, Domingues observou que acumulou vasta experiência de convívio com a população brasileira e suas necessidades básicas. Apontou ainda a desigualdade na distribuição de riqueza como "principal causa latente" da violência no mundo, e classificou-se de "intransigente" defensor da Constituição.

Após elogiar o currículo do general, Mercadante quis saber a opinião dele sobre a presença brasileira na missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti. Domingues afirmou que o Brasil deu, no Haiti, uma "demonstração inequívoca" de sua capacidade de executar missões de paz em áreas conturbadas pelo subdesenvolvimento.

CAE institui uma nova subcomissão

O senador Aelton Freitas (PL-MG) foi eleito ontem presidente da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, instalada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O vice-presidente é o senador Fernando Bezerra (PTB-RN). Instalada por requerimento de Aelton, a subcomissão acompanhará os trabalhos de liquidação a cargo do Banco Central.

Integram também a subcomissão os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO), Edison Lobão (PFL-MA), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT), todos titulares. Os suplentes são a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e os senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Ney Suassuna (PMDB-PB), Maguito Vilela (PMDB-GO), César Borges (PFL-BA), Efraim Moraes (PFL-PB) e Alvaro Dias (PSDB-PR).



DEFESA Papaléo afirma que a menor parte do orçamento é destinada ao custeio e investimento no setor

Papaléo quer recuperação operacional do Exército

Ao homenagear os soldados brasileiros pela passagem do seu dia, 25 de agosto, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) disse que é hora de o país repensar sua política de defesa nacional. Neste sentido, ele defendeu a recuperação da capacidade operacional das Forças Armadas brasileiras, sobretudo do

Exército, frisando que um país com a dimensão e a importância geopolítica do Brasil não pode deixar seu pelotão de defesa à míngua.

– Como almejaremos uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas) sem uma força militar bem treinada e minimamente equipada? – perguntou Papaléo.

Segundo o senador, o orçamento total do Ministério da Defesa chega a R\$ 28 bilhões. Citando dados do Departamento de Estado americano, Papaléo destacou que, em 2000, o Brasil ostentou o 15º orçamento militar do mundo. O problema, explicou, é que 74% do total vão para despesas com pessoal da ativa e da reserva.

A menor parte do orçamento, lamentou ele, é destinada a custeio e investimento, ou seja, para manter os diversos equipamentos militares, alimentar e fardar a tropa, comprar munição e combustível para os veículos e financiar o treinamento e as inúmeras missões que o país integra.

Maguito exalta soldado e heróis brasileiros

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) também rendeu homenagens ao soldado e ao Exército brasileiros, ontem. A data coincide com a de nascimento de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que, como oficial do Exército, combateu rebeliões contra o Estado e comandou as forças brasileiras em batalhas históricas, como a Guerra do Paraguai, em 1869.

– Em todas as suas vitoriosas missões, Caxias, cumprindo a tônica do Exército brasileiro, colocou sempre a unidade nacional como bandeira – comentou. Por reconhecer a importância do militar na história do país, Maguito chegou a apresentar projeto de lei, aprovado em 2002, para inscrever o nome de Caxias no Livro dos



MODERNIDADE Maguito elogia missão inovadora das Forças Armadas durante rebeliões no Rio

Heróis da Pátria.

Se o passado da instituição e a atuação de seus combatentes são motivos de homenagem, disse o parlamentar, seus méritos continuam a se perpetuar nos dias de hoje. Seja para prover a segurança nas fronteiras, seja para legar novas tecnologias e conhecimentos para o país, o Exército tem se mostrado pronto, segundo Maguito, a assumir missões inovadoras, como o reforço no aparato de segurança realizado para conter a violência urbana no Rio de Janeiro.



HOMENAGEM Bernardo Cabral, Santos, Vidigal, Sérgio Cabral, Vó Maria, Lobão e Mão Santa ouvem discurso de Sarney

Programa em favor do idoso premiará cidades

■ Senado une-se a dois parceiros para lançar concurso entre municípios que avaliará melhores projetos

O Senado, o Serviço Social do Comércio (Sesc) e a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) assinaram ontem protocolo de intenções com o objetivo de executar o programa Cidade Amiga da Terceira Idade, destinado a premiar os municípios que desenvolverem políticas públicas para seus idosos. Quase 200 municípios já se manifestaram no endereço do Senado na Internet, querendo ser avaliados como cidades amigas dos idosos.

A SBGG será responsável pela avaliação das cidades inscri-

tas e ao Sesc caberá viabilizar materialmente essa avaliação. O objetivo do convênio é estabelecer competição entre os municípios na apresentação de programas para os idosos.

Assinaram o protocolo o presidente do Senado, José Sarney; o presidente da Subcomissão do Idoso, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ); o presidente do Sesc, Antonio de Oliveira Santos; e a presidente da SBGG, Elisa Franco de Assis Costa.

Na presença da viúva do compositor Donga, Vó Maria, do presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal, e de vários parlamentares, Sarney louvou a experiência de Sérgio Cabral nessa área. Sérgio Cabral disse que, ao chegar ao Senado, encontrou em Sarney sensibilidade e disposição para dedicar esforços a esse assunto.

Senadores japoneses

O presidente Sarney recebeu ontem uma delegação composta por seis senadores japoneses, representantes de todos os partidos que compõem o Parlamento nipônico. No encontro, realizado no Salão Nobre, eles manifestaram o apoio do Japão para que o Brasil tenha um lugar permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao final da audiência, Sarney entregou a cada membro da delegação uma medalha alusiva aos 180 anos do Legislativo brasileiro e os levou para conhecer o Plenário.

A delegação, chefiada por Sanzo Hosaka, era integrada pelos senadores Ryuji Matsumura, Tadashu Hirono e Kentaro Koba e pelas senadoras Hiroko Goto e Mieko Kobayashi.

Paim nega critério racial na premiação de atores negros

O senador Paulo Paim (PT-RS) negou que a premiação de um diretor e de vários atores negros no Festival de Cinema de Gramado tenha obedecido a critérios raciais. Ele lembrou que os premiados são artistas conhecidos e aplaudidos no Brasil, onde conseguiram superar muitas barreiras sociais e raciais.

Paim considerou infeliz o comentário do presidente do júri do festival, Rubens Ewald Filho, que teria caracterizado

a premiação aos artistas negros como uma tentativa de compensá-los por serem negros.

O senador disse que o racismo “infelizmente se distribui por igual pelas regiões do país” e que a reação de repúdio às afirmações do crítico de cinema mostra que houve um avanço na conscientização da sociedade brasileira, que a cada dia mais rejeita todas as formas de discriminação racial.

Paulo Paim também registrou seu aplauso à ginasta Daiane



DISCRIMINAÇÃO Paim diz que racismo se distribui igualmente pelas várias regiões do país

dos Santos, que competiu e obteve o quinto lugar na ginástica olímpica, em Atenas, o melhor resultado já obtido por uma atleta brasileira nessa modalidade.

Garibaldi pede solução urgente para dívida de pequenos e médios agricultores

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) – foto – fez um apelo ontem às lideranças do governo e ao presidente da República para que seja dada solução urgente ao problema da dívida dos pequenos e médios agricultores do Nordeste. Há, disse o senador, muitas execu-

ções programadas e avisos de que, se as dívidas não forem compostas, elas serão executadas por parte das instituições oficiais de crédito, como o Banco do Brasil e, principalmente, o Banco do Nordeste.

Referindo-se ao pronunciamento feito pelo senador Osmar Dias (PDT-

PR), segundo o qual, dos R\$ 40 bilhões que o governo anunciou que liberaria para o crédito rural apenas R\$ 17 bilhões estão efetivamente à disposição dos agricultores, Garibaldi afirmou que “para o Nordeste não há dinheiro, simplesmente”.

Por ter sido o relator da Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2004, Garibaldi Alves disse que pôde verificar que o principal problema do Brasil é sua dívida, “que é um sorvedouro de recursos impressionante”. Ele ressaltou que essa dívida não é deste governo e nem dos dois últimos.



Roosevelt Pinheiro

Célio Azevedo

José Cruz



PROPOSTA Comissão também aprovou debate sobre ausência do país em encontro ambiental a ser realizado no Japão

Reajuste dos planos de saúde gera debate na CAS

■ Agenda da audiência inclui eventuais deficiências no combate a supostos abusos de operadoras

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) acolheu ontem requerimento de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) visando a realização de audiência pública para debater os reajustes de tarifas por operadoras de planos e seguros de saúde, bem como as eventuais deficiências no combate aos supostos abusos

dessas entidades contra os consumidores.

Valadares solicita o comparecimento, na reunião, de representantes do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

Também foi aprovado requerimento do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) pedindo a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do chefe da Divisão de Feiras e Turismo do Ministério das Relações Exteriores, Antônio José de Souza e Silva, para discutir o motivo da recusa do

governo brasileiro em participar de encontro internacional sobre a questão ambiental, a ser realizado no próximo ano, no Japão. Juvêncio considera de fundamental importância a presença do Brasil no evento. O debate será realizado no âmbito da Subcomissão Permanente do Meio Ambiente.

A CAS aprovou ainda requerimento de iniciativa do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) determinando a realização de audiência destinada a discutir alternativas técnicas para problema social do setor ferroviário brasileiro.

Mozarildo pede ação para proteger riqueza da Amazônia

O senador Mozarildo Calvanti (PPS-RR) defendeu a necessidade de o Brasil fazer uma ocupação deliberada, racional e sustentável da Amazônia, como forma de defender a região de possíveis investidas de países estrangeiros. "Ocupar é a melhor forma de defender", afirmou.

Ele destacou que o grande risco para a região é de dominação econômica, que poderia privar o Brasil dos benefícios advindos da exploração de riquezas que lhe pertencem por direito. O senador disse que o Estado precisa se fazer

presente na promoção do desenvolvimento, na ocupação e na exploração sustentável de território tão rico, gerando empregos, renda e prosperidade para a população local e para todo o Brasil.

– Não podemos mais tolerar que estrangeiros, acoitados sob a fachada de ONGs (organizações não-governamentais) internacionais, surrupiem do Brasil as patentes dos produtos amazônicos! Sabemos que isso acontece atualmente e acontecerá em escala muito maior se não tomarmos as providências. É preciso agir com rapidez.



Roosevelt Pinheiro

ESPOLIAÇÃO Mozarildo adverte que ONGs estão se apossando das patentes de produtos da região

Mozarildo lembrou que a Amazônia tem riquezas inestimáveis, principalmente em água e biodiversidade. E observou que, segundo estudiosos, os Estados Unidos vêm tentando obter o controle das reservas globais de petróleo, biodiversidade e água.

Lúcia Vânia cobra a recriação da Sudeco

A recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) não pode mais ser protelada, afirmou ontem, em discurso no Plenário, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), para quem a região já provou seu potencial de desenvolvimento e está à espera de ações concretas por parte do governo para se desenvolver cada vez mais. A senadora registrou que a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional, realizaria um encontro à noite, com o objetivo de marcar o início do ressurgimento da autarquia.

Lúcia Vânia informou que a Frente Parlamentar do Centro-Oeste, presidida pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), organizou algumas sugestões que espera ver acolhidas na discussão do projeto de recriação da Sudeco. Ela citou, por exemplo, a criação de uma agência de fomento, de um fundo de desenvolvimento do Centro-Oeste, de um conselho deliberativo formado pelos



Roosevelt Pinheiro

APOIO Lúcia Vânia destaca sugestões da Frente Parlamentar do Centro-Oeste para a nova autarquia

governadores da região e de um contrato de gestão, propostas não contempladas no projeto do governo.

Para a senadora, é importante também a instituição do Fundo do Centro-Oeste e do Fundo de Desenvolvimento Energético, cujos valores devem ser destinados à construção de um gasoduto e de usinas hidrelétricas de pequeno porte e ao programa Luz para Todos. Lúcia Vânia se disse esperançosa de que haverá um consenso em torno da estrutura a ser reativada e destacou a importância para o Centro-Oeste de um organismo como a Sudeco, que fomente a produção e promova a infra-estrutura necessária ao escoamento da produção regional. Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou seu apoio à recriação da Sudeco.

João Alberto espera a conclusão de nova ponte

João Alberto (PMDB-MA) comunicou ontem que o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, acenou, em audiência que concedeu à bancada do Maranhão, com a possibilidade de ser editada medida provisória para liberar R\$ 10 milhões destinados às obras de conclusão de uma segunda ponte e reparação da ponte do Estreito dos Mosquitos, que liga a ilha de São Luís ao continente, hoje interditada ao tráfego.

O senador leu em Plenário matéria do jornal *O Estado do Maranhão* em que é noticiado



Roosevelt Pinheiro

PERIGO João Alberto lembra que a única ponte que liga São Luís ao continente está interditada

que a ponte rachou e a ilha está isolada, comprometendo até o abastecimento da cidade.

João Alberto lamentou que as autoridades federais só se voltem para o Nordeste quando ocorre uma calamidade. Ele lembrou que fez vários pronunciamentos sobre o risco representado pela situação precária da ponte.

Gerardo Magela



Augusto Botelho destaca crescimento da cultura da soja em Roraima

A potencialidade de Roraima na produção de grãos está sendo evidenciada em seminário internacional sobre plantio direto. O registro

partiu do senador Augusto Botelho (PDT-RR), para quem o estado "desponta como uma nova fronteira agrícola". Além de produtores brasileiros,

participam do evento agricultores da Venezuela, Argentina e Guiana Francesa. Segundo Augusto, a atuação da Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Roraima é responsável pela produção de 50 sacas de soja por hectare no primeiro plantio.